

Crise de financiamento: Segunda reunião entre sindicatos e reitoria estabelece criação de conta específica para 13º e férias, mas não avança na antecipação da segunda parcela

Durou quase 3 horas a segunda reunião entre representantes da Adunesp e do Sintunesp com membros da reitoria da Unesp na manhã de 21/3/2019. O objetivo principal foi dar continuidade à reunião de 21/2, em que havia sido discutida a situação do 13º salário dos estatutários, e colocar mais algumas questões de interesse da comunidade unespiana. Pela Adunesp, participou João da Costa Chaves Júnior. Pelo Sintunesp, Alberto de Souza, Claudio Roberto Ferreira Martins e Ademir Machado dos Santos; Valdomiro Rodrigues de Souza e Djalma Bovolenta como representantes técnico-administrativos na Comissão de Orçamento. Pela reitoria: o pró-reitor de Planejamento Estratégico e Gestão Leonardo Theodoro Büll, os membros da assessoria técnica da reitoria José Roberto Ruggiero (este último por Skype) e Rogério Buccelli, os assessores da Edson A. Capello Sousa e Maurizio Babini, além dos demais membros da Comissão de Orçamento (Júlio César Torres, Cássio Roberto Macedo Maia, José Roberto Ernandes e Rossano Cesar Bonatto, este último à distância).

Como foi a reunião

A reunião teve como ponto de partida alguns itens que haviam sido prometidos para hoje: um detalhamento exposto por Buccelli sobre “restos a pagar, processados e não processados” e sobre o fechamento dos valores de repasse de ICMS à Unesp em 2018, informações importantes para a discussão do pagamento imediato do 13º salário dos servidores estatutários.

Respondendo aos representantes dos sindicatos, o professor Büll informou que, hoje, a Unesp tem 11,33 folhas orçadas em 2019. A resposta deu ensejo a outro questionamento, ainda relativo ao 13º salário de 2018. Os diretores sindicais lembraram que, ainda na reunião do CO janeiro, portanto antes que se vislumbrasse o adiantamento dos R\$ 130 milhões feitos pelo governo, o reitor Sandro Valentini havia dito que poderia pagar o 13º dos autárquicos em 3 parcelas, ou seja, no valor de R\$ 43,33 milhões cada. Assim, somando esse valor à primeira metade do adiantamento (R\$ 65 milhões), haveria um total disponível de R\$ 108,33 milhões para pagar a primeira parcela do 13º salário dos autárquicos em fevereiro. Em resposta, Buccelli não negou os números, mas disse que a

reitoria optou por guardar os R\$ 43,33 milhões para pagamento da devolução do adiantamento ao governo (foram negociadas 7 parcelas de R\$ 18.571.428,57, a partir de junho). Ou seja, a prioridade da reitoria não foi a redução do enorme prejuízo causado aos servidores autárquicos, que não receberam o seu 13º salário na data correta.

Termo de Compromisso

Adunesp e Sintunesp cobraram explicações sobre a assinatura do Termo de Compromisso entre reitoria e secretarias de governo, sem discussão sequer nos colegiados centrais. A resposta, dada pelo professor Büll, foi evasiva. Para ele, não houve ataques à autonomia universitária. Sobre o fato de o Termo não fazer nenhuma citação à insuficiência financeira, a resposta veio do professor Capello. Segundo ele, a reitoria reconhece a gravidade do problema e já está buscando pareceres de juristas que atestem o direito da Universidade de ter sua insuficiência arcada pelo governo, como prevê a lei.

Adunesp e Sintunesp consignaram seu protesto pela atitude do reitor de assinar um documento em que admite explicitamente a violação da autonomia da nossa Universidade, e que referenda a prática reiterada dele e de seus antecessores de custear a Unesp com os nossos salários.

A insuficiência financeira – como vêm apontando sistematicamente o Fórum das Seis – é a diferença entre o que se arrecada com as contribuições previdenciárias de ativos e inativos e o que se paga em aposentadorias e pensões. De acordo com a lei que criou a SPPrev, a Lei Complementar 1.010/2007, a responsabilidade pelo pagamento da “diferença entre o valor total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários e o valor total das contribuições previdenciárias dos servidores”, inclusive dos aposentados é do tesouro estadual. O detalhe é que o governo não cumpre a lei para as universidades estaduais. E os reitores NADA dizem. Em 2017, a insuficiência financeira média correspondeu, aproximadamente, a 20,3% dos repasses oriundos do ICMS-QPE para as universidades paulistas.



Os avanços

Adunesp e Sintunesp defenderam a criação de uma conta corrente específica para receber os valores destinados ao 13º salário e às férias de 2019. Os representantes da reitoria concordaram na abertura da conta e fizeram a salvaguarda de que tais valores só poderão ser mexidos se for para pagamento de pessoal. Houve acordo na reivindicação de reuniões mensais entre as partes, para acompanhamentos desta conta e de tudo o que se refere ao 13º e às férias. A próxima está agendada para 17 de abril.

Outro avanço importante foi a concordância dos representantes da reitoria em fornecer os relatórios analíticos de receitas e despesas. Esses relatórios nos permitirão um acompanhamento mais preciso e detalhado do caminho percorrido pelos recursos repassados pelo estado à Unesp. Ou seja, nos possibilitará saber onde e como está sendo utilizado o montante dos recursos do ICMS que a Universidade recebe mensalmente para o seu custeio.

Negociações por recursos perenes

O professor Büll informou que “estão bastante adiantadas” as negociações com o governo por um aporte de recursos perenes para a Unesp, mas que não há nada assinado ainda. Segundo ele, tais recursos não resolveriam o problema, mas “ajudariam bastante”.

Pauta ampliada da Adunesp

Os representantes da reitoria receberam em mãos novamente a pauta ampliada de reivindicações aprovada na Assembleia Geral da Adunesp, em 13/3. Os itens, exceto a criação da conta corrente específica, não tiveram retorno na presente reunião. São eles:

- 1) Pagamento imediato da segunda parcela do 13º de 2018;
- 2) Revisão orçamentária de 2019 que contemple:
 - . O recebimento dos salários e do 13º salário nos prazos estabelecidos por lei ao longo do ano;
 - . A criação de uma conta corrente específica onde serão depositados mensalmente os recursos para o provisãoamento do 13º e férias;
 - . Manutenção da isonomia com a USP e a Unicamp (inclusão imediata na folha de pagamento dos 3% da data-base de 2016, não honrados pela Unesp);
 - . Retomada da reposição de pessoal;
 - . Retomada dos planos de carreira.
- 3) O estabelecimento de uma mesa mensal com os sindicatos para acompanhamento da conta corrente específica onde serão depositados mensalmente os recursos para o provisãoamento do 13º e férias;
- 4) Manutenção das regras para a livre docência nos termos atuais.

Prosseguir na mobilização

Em vários *campi*, a reunião de hoje foi acompanhada de atividades de mobilização e reflexão sobre os problemas da Universidade. Para a Adunesp e o Sintunesp, não resta dúvida de que a realização destas reuniões, e os avanços conseguidos, são decorrência direta das mobilizações da comunidade unespiana desde que se iniciou a luta pelo pagamento integral do 13º salário dos autárquicos, no final do ano passado até hoje.

Agora, é preciso manter e ampliar nossa mobilização, debatendo nas bases os problemas da Universidade e cobrando da reitoria soluções que não passem pela velha receita de jogar o ônus da crise sobre a comunidade universitária. Está em curso a preparação da campanha de data-base 2019. Participe das assembleias em sua unidade.

Nas duas fotos logo abaixo, mobilização em Prudente, em 21/3. Na foto da esquerda, servidores técnico-administrativos na Câmara Municipal de Bauru, em 18/3

